



PREFEITURA DE
AMARAJI
Escrevendo um novo futuro

CONTRATO N° 050/2025

TERMO DE CONTRATO N° 050/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE AMARAJI, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AMARAJI E A EMPRESA PHARMAPLUS LTDA INSCRITA NO CNPJ N° 03.817.043/0001-52.

CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE AMARAJI, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AMARAJI, inscrito no CNPJ sob o n° 11.607.836/0001-75 e com sede na Rua Francisco Teixeira, n° 01, Centro, Amaraji-PE, representado pelo secretário / ordenador de despesas, Sr. JOSÉ ANDRÉ DOS SANTOS, portador do RG n° 4.022.119, e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF n° 746.210.174-20, residente e domiciliado nesta cidade;

CONTRATADO: A empresa PHARMAPLUS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 03.817.043/0001-52, com sede a Rua João Domingos Sobrinho, 91 – Afogados da Ingazeira, CEP 56.800-000, Fone: (87) 99618-1513 / (, E-mail: pharmaplusdistribuidora@hotmail.com, neste ato representada por seu sócio administrador o Sr. JOSEPH DOMINGOS DA SILVA, brasileiro, empresário, portador do CPF n° 125.517.594-04, carteira de identidade n° 1250052, SDS/PE, residente e domiciliado na Rua Luiz de França Amaral, n° 95, Manoela Valadares, Afogados da Ingazeira - PE, CEP: 56.800-000;

Os CONTRATANTES, em observância às disposições da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, e aos preceitos de direito público, aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, inclusive Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente contrato, decorrente do **PROCESSO LICITATÓRIO N° 014/2025 - FMS** e do **DISPENSA N° 001/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do contrato é o **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS (ITENS FRACASSADOS E DESERTOS ORIUNDOS DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS N°s 001/2025, 002/2025 e 003/2025)**, PARA ATENDER ÀS **NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	QTD	VL. UNIT	APRESENTAÇÃO	TOTAL	CÓDIGO
01	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO (AAS) 100 MG.	IMEC	108000	R\$ 0,03	Comprimidos	R\$ 3.672,00	337678
10	CLORIDRATO DE AMBROXOL 15MG/5ML - XAROPE - FRASCO COM 120 ML	FARMACE	3000	R\$ 3,05	Frascos	R\$ 9.159,00	446264
12	CLORIDRATO DE CLONIDINA 0,1 MG (ATENSINA)	MAWDSL EYS	500	R\$ 0,28	Comprimidos	R\$ 141,00	272043

☑ prefeitura@amaraji.pe.gov.br ☎ (81) 3553 1944

Rua Rocha Pontual, no 72, Centro - CEP:55515-000 - CNPJ: 11.294.360/0001-60



PREFEITURA DE
AMARAJI
Escrevendo um novo futuro

15	FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA 3MG/ML - FRASCOS COM 60ML	HIPOLAB OR	3000	R\$ 5,16	Frascos	R\$ 15.468,00	448595
18	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG.	MEDLEY	135000	R\$ 0,04	Comprimidos	R\$ 5.940,00	268856
19	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2MG	GEOLAB	97000	R\$ 0,05	Comprimidos	R\$ 5.238,00	267645
20	METFORMINA 500MG	TEUTO	100000	R\$ 0,12	Comprimidos	R\$ 12.400,00	267690
21	PROMETAZINA 25MG. COMPRIMIDO.	HIPOLAB OR	60000	R\$ 0,14	Comprimidos	R\$ 8.340,00	267768
22	METFORMINA 850MG	GEOLAB	135000	R\$ 0,15	Comprimidos	R\$ 20.115,00	267691
23	METILDOPA 250MG	EMS	50000	R\$ 0,39	Comprimidos	R\$ 19.600,00	267689
24	METILDOPA 500MG	EMS	50000	R\$ 0,78	Comprimidos	R\$ 39.200,00	267688
25	METRONIDAZOL 100MG/G - GEL VAGINAL - BISNAGA COM 50G.	PRATI	2700	R\$ 6,72	Pomadas	R\$ 18.133,20	372335
27	NIMESULIDA 100MG	CIMED	80000	R\$ 0,08	Comprimidos	R\$ 6.480,00	273710
28	ÓLEO MINERAL 100ML	AIRELA	1200	R\$ 3,53	Frascos	R\$ 4.233,60	269594
29	OMEPRAZOL 20MG	GLOBO	108000	R\$ 0,09	Comprimidos	R\$ 9.720,00	267712
31	PROPRANOLOL 10MG.	MEDLEY	30000	R\$ 0,15	Comprimidos	R\$ 4.590,00	267771
35	SULFADIAZINA DE PRATA 1%. BISNAGA 50G.	NATIVITA	1000	R\$ 6,78	Pomadas	R\$ 6.784,00	272089
36	SULFAMETOXAZOL 200MG + TRIMETROPINA 40MG. FRASCO 100ML.	EMS	2700	R\$ 3,23	Frascos	R\$ 8.718,30	318992
38	SULFATO DE SALBUTAMOL 100MCG JATO/DOSE TUBO COM 200 DOSES	PHARMAS CIENCE	500	R\$ 14,93	Tubos	R\$ 7.463,00	294887
39	SULFATO FERROSO 40MG	BELFAR	135000	R\$ 0,05	Comprimidos	R\$ 6.075,00	292344
40	VITAMINAS DO COMPLEXO B	AIRELA	108000	R\$ 0,06	Comprimidos	R\$ 6.264,00	437109



PREFEITURA DE
AMARAJI
Escrevendo um novo futuro

41	COLAGENASE+CLORANFENICOL 0,6U+0,1/GG 50G BISNAGA POMADA	CRISTALIA	500	R\$ 12,10	Bis c/ 50g	R\$ 6.048,00	270495
42	BACLOFENO 10MG COMPRIMIDO	TEUTO	3000	R\$ 0,15	Comprimidos	R\$ 453,00	271746
50	BIPERIDENO 2 MG. COMPRIMIDO	CRISTALIA	50000	R\$ 0,41	Comprimidos	R\$ 20.350,00	270140
51	CARBONATO DE LÍCIO 300 MG. COMPRIMIDO.	BIOLAB	40000	R\$ 0,24	Comprimidos	R\$ 9.480,00	267621
53	QUETIAPINA 25MG COMPRIMIDO	GEOLAB	25000	R\$ 0,12	Comprimidos	R\$ 3.050,00	272831
55	LAMOTRIGINA 100MG COMPRIMIDO	ZYDUS	5000	R\$ 0,31	Comprimidos	R\$ 1.560,00	272809
56	IMIPRAMINA 25MG	CRISTALIA	3000	R\$ 0,58	Comprimidos	R\$ 1.749,00	267292
58	CETOPROFENO 100MG, PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	UNIAO QUIMICA	2000	R\$ 4,75	Frascos	R\$ 9.498,00	448844
60	TRAMADOL 100MG COMPRIMIDO	CRISTALIA	15000	R\$ 4,75	Comprimidos	R\$ 71.235,00	309441
62	OXALATO DE ESCITALOPRAM 10MG COMPRIMIDO	EMS	60000	R\$ 0,13	Comprimidos	R\$ 7.860,00	291770
63	CLONAZEPAM 0,5MG COMPRIMIDO	GEOLAB	10000	R\$ 0,06	Comprimidos	R\$ 610,00	270118
64	TRAZODONA 50MG COMPRIMIDOS	EMS	6000	R\$ 0,29	Comprimidos	R\$ 1.710,00	276948
66	MIDAZOLAM 15MG/ML INJETAVEL 3ML AMPOLA	HIPOLAB OR	6000	R\$ 2,17	Amp c/ 03ml	R\$ 13.026,00	268481
67	BIPERIDENO 5MG/ML INJETAVEL AMPOLA 1ML	CRISTALIA	5000	R\$ 3,00	Ampolas	R\$ 14.995,00	270138
69	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 25MG/5ML	CRISTALIA	3500	R\$ 1,79	Ampolas	R\$ 6.272,00	268069
72	CLORPROMAZINA 25 MG. COMPRIMIDO.	CRISTALIA	10000	R\$ 0,37	Comprimidos	R\$ 3.660,00	267635
73	DIAZEPAM 10 MG. COMPRIMIDO.	SANTISA	60000	R\$ 0,05	Comprimidos	R\$ 3.240,00	267197
74	DIAZEPAM 5 MG. COMPRIMIDO.	SANTISA	40000	R\$ 0,05	Comprimidos	R\$ 2.040,00	267195
76	FENITOÍNA SÓDICA 5% (50MG/ML) 5ML	HIPOLAB OR	1000	R\$ 2,99	Ampolas	R\$ 2.985,00	267107

✉ prefeitura@amaraji.pe.gov.br ☎ (81) 3553 1944

Rua Rocha Pontual, no 72, Centro - CEP:55515-000 - CNPJ: 11.294.360/0001-60



PREFEITURA DE
AMARAJI
Escrevendo um novo futuro

77	FENOBARBITAL 100 MG. COMPRIMIDO.	TEUTO	50000	R\$ 0,18	Comprimidos	R\$ 8.950,00	267660
79	FLUOXETINA 20 MG. COMPRIMIDO.	HIPOLAB OR	60000	R\$ 0,08	Comprimidos	R\$ 4.860,00	273009
83	HALOPERIDOL 1MG - COMPRIMIDO	CRISTALIA	6000	R\$ 0,20	Comprimidos	R\$ 1.224,00	267670
84	HEMITARTARATO DE ZOLPIDEM 10MG. COMPRIMIDO.	TEUTO	40000	R\$ 0,14	Comprimidos	R\$ 5.400,00	278316
87	RISPERIDONA 1MG. COMPRIMIDO.	GEOLAB	30000	R\$ 0,14	Comprimidos	R\$ 4.080,00	272839
88	RISPERIDONA 2MG. COMPRIMIDO.	GEOLAB	40000	R\$ 0,14	Comprimidos	R\$ 5.640,00	268149
89	RISPERIDONA 3MG COMPRIMIDO	PRATI	20000	R\$ 0,19	Comprimidos	R\$ 3.800,00	284105
90	SERTRALINA 50MG. COMPRIMIDOS.	PRATI	60000	R\$ 0,13	Comprimidos	R\$ 7.980,00	272365
91	VALPROATO DE SÓDIO 250MG – COMPRIMIDO	ZYDUS	40000	R\$ 0,68	Comprimidos	R\$ 27.120,00	268107
92	FENOBARBITAL ORAL 40MG/ML FRASCO 20ML VIA ORAL GOTAS	UNIAO QUIMICA	750	R\$ 5,43	Fr 20 ml	R\$ 4.070,25	300723
94	CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA 25MG COMPRIMIDO	EMS	3500	R\$ 1,01	Comprimidos	R\$ 3.549,00	267522
95	FUMARATO DE QUETIAPINA 50MG COMPRIMIDO LIBERAÇÃO PROLONGADA	EUROFAR MA	13000	R\$ 3,91	Comprimidos	R\$ 50.843,00	390005
101	BROMOPRIDA 5MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 2ML	UNIAO QUIMICA	4200	R\$ 1,63	Ampolas	R\$ 6.837,60	269958
104	CETOPROFENO 50MG/ML 2ML	HIPOLAB OR	4200	R\$ 1,36	Ampolas	R\$ 5.699,40	448845
109	CLORIDRATO DE NALOXONA 0,4MG/ML	HIPOLAB OR	2500	R\$ 6,51	Ampolas	R\$ 16.282,50	272326
118	ATROPINA (SULFATO) 0,25MG/ML AMPOLA 1ML	FARMACE	1000	R\$ 0,95	Ampolas	R\$ 950,00	268214
120	MEROPENEM TRI HIDRATO 1G	BLAU	1000	R\$ 19,00	Frascos	R\$ 18.995,00	268488
122	ENOXAPARINA SÓDICA 40MG/ML - 0,4ML - SUBCUTÂNEA	MYLAN	720	R\$ 14,72	Ampolas	R\$ 10.598,40	272645

✉ prefeitura@amaraji.pe.gov.br ☎ (81) 3553 1944

Rua Rocha Pontual, no 72, Centro - CEP:55515-000 - CNPJ: 11.294.360/0001-60



123	IMUNOGLOBULINA ANTI RHO 300MCG	CSL BEHRING	20	R\$ 298,50	Frascos	R\$ 5.969,92	448984
124	PENICILINA CRISTALINA 5.000UI	BLAU	300	R\$ 10,99	Frascos	R\$ 3.297,00	270616
127	TRIDIL NITROGLICERINA 5MG/ML - AMPOLA 5 ML	CRISTALIA	100	R\$ 41,38	Ampolas	R\$ 4.138,20	268970
128	CLORIDRATO DE CLONIDINA 150MCG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 1ML	HALEXIST AR	1000	R\$ 6,11	Ampolas	R\$ 6.106,00	340206
VALOR GLOBAL: R\$ 603.945,37(Seiscentos e três mil, novecentos e quarenta e cinco reais e trinta e sete centavos.)							

- 1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
 - 1.3.2. O Edital da Licitação;
 - 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
 - 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses, contados da assinatura do instrumento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, sua divulgação acontecerá no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
- 2.2 A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado.
- 2.3 O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4 A prorrogação de Contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5 O Contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4. 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1.1 Condições de entrega:

- 3.1.1.1 O prazo de entrega dos bens é de **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, contados do efetivo recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 3.1.1.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 3.1.1.3 Os bens deverão ser entregues no (s) seguinte (s) endereço (s): **Secretaria de Saúde de Amaraji – PE, sito a Rua Francisco Teixeira, nº 01, Centro, Amaraji-PE, CEP: 55.515-000, de segunda à sexta-feira, no horário das 08 às 16 horas.**



PREFEITURA DE
AMARAJI
Escrevendo um novo futuro

3.2 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

3.2.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.2.3 As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.2.4 O Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.2.5 Fiscalização:

3.2.5.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

3.2.5.2 Durante a vigência do contrato, a fiscalização administrativa e técnica será realizada pelo(a) **Sra. MÁRCIA REGINA SANTOS DE ARAÚJO, FARMACÊUTICA**, farmacêutica, CPF Nº 050.129.223-36.

3.2.6 Fiscalização Técnica:

3.2.6.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.2.6.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.2.6.3 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.2.6.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.2.6.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.2.6.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

3.2.7 Fiscalização Administrativa:

3.2.7.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.2.7.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

3.2.8 Gestor do Contrato:



3.2.8.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.2.8.2 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.2.8.3 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.2.8.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.2.8.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.2.8.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.2.8.7 Durante a vigência do contrato, a gestão será realizada pelo(a) **Sra. JANAINA FERREIRA SILVA BANDEIRA, Secretaria Adjunto de Saneamento, Matrícula nº 857715, CPF: 058.424.114-31.**

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 603.945,37**(Seiscentos e três mil, novecentos e quarenta e cinco reais e trinta e sete centavos.)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO



PREFEITURA DE
AMARAJI
Escrevendo um novo futuro

6.1 O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 7.2. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

6. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do Contratante:
 - 8.1.1. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - 8.1.2. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 8.1.3. notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
 - 8.1.4. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 8.1.5. comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;
 - 8.1.6. efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
 - 8.1.7. aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
 - 8.1.8. cientificar o órgão de representação judicial do Contratante para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
 - 8.1.9. responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias;



8.1.10. explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.1.11. os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando for o caso.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.1.2. comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3. atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. quando não for possível a verificação da regularidade no SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do Contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.7. responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.1.8. comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.9. paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;



PREFEITURA DE
AMARAJI
Escrevendo um novo futuro

- 9.1.10. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.1.11. cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.1.11.1.A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes com idade entre quatorze e dezoito anos, nos termos do art. 53 do Decreto Federal nº 9.579, de 22 de novembro de 2018.
- 9.1.12. comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.1.13. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.14. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.1.15. cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.1.16. alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.1.17. orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.1.18. conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.1.19. submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.1.20. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

8. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

9. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:
- 11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;



- 11.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 11.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 11.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 11.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2 a 11.1.4 do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.5 a 11.1.8 do subitem acima deste Contrato, bem como nos subitens 11.1.2 a 11.1.4 do subitem acima deste Contrato que justifiquem a imposição de penalidade mais grave([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 11.2.4. **Multa**:
- 11.2.4.1. moratória de 0,5% (zero cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias;
- 11.2.4.2. compensatória, para as infrações previstas nos itens 11.1.1 a 11.1.4, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato;
- 11.2.4.3. compensatória, para as infrações previstas nos itens 11.1.5 a 11.1.8, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- 11.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.6.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 11.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.6.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e



PREFEITURA DE
AMARAJI
Escrevendo um novo futuro

11.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no CEIS e no CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

12.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência daquele dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. indenizações e multas.



PREFEITURA DE
AMARAJI
Escrevendo um novo futuro

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Procuradoria Geral do Estado, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria de Saúde deste exercício, na dotação abaixo discriminada.

30 FUNDO MUNICIPAL

30 30 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 302 0013 GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

10.303.0013.2128.0000 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FARMACIA BASICA

33.90.30.0 ATERIAL DE CONSUMO

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e em demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento no PNCP.



PREFEITURA DE
AMARAJI
Escrevendo um novo futuro

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

17.1 Fica eleito o foro da comarca de Amaraji – PE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2 Para firmeza e validade do pactuado, este termo de contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos Contratantes.

AMARAJI/PE, 20 de junho de 2025.

JOSEPH DOMINGOS DA
SILVA:12551759404 Assinado de forma digital por
JOSEPH DOMINGOS DA
SILVA:12551759404
Dados: 2025.06.30 17:23:12 -03'00'

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AMARAJI

CNPJ nº 11.607.836/0001-75
JOSÉ ANDRÉ DOS SANTOS
CPF nº 746.210.174-20
Secretário de Saúde
Ordenador de Despesas
P/ Contratante

PHARMAPLUS LTDA
CNPJ: **03.817.043/0001-52**
JOSEPH DOMINGOS DA SILVA
CPF: 125.517.594-04
Sócio administrador
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
CPF :

2. _____
Nome:
CPF :